

Bacha faz alerta sobre déficit, juros altos e os riscos do Real

■ Para o economista, é preciso acelerar a privatização para abater a dívida pública

MARIA LUIZA ABBOTT

BRASÍLIA — Um dos pais do Plano Real, o economista Edmar Bacha, fez um duro alerta ao governo ontem, durante o seminário Dois anos do Plano Real. “Ou corrige-se o déficit público ou teremos que ter uma inflação mais elevada para financiar esse déficit no médio prazo”, afirmou Bacha. O economista divergiu frontalmente do novo discurso do governo, que pretende usar recursos da privatização para resolver problemas de infraestrutura. “É preciso acelerar a venda de ativos para abater a dívida pública”, disse.

Pela manhã, no mesmo seminário, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, fez um diagnóstico bem diferente. “A privatização tem que ser acelerada, não tanto pelo seu efeito fiscal, mas para reduzir o Custo Brasil”, afirmou Kandir. Bacha falou dos riscos do Real e disse que as taxas de juros altas, câmbio valorizado e déficit muito alto são inconsistentes com os níveis atuais de inflação.

Déficit — Pelos cálculos do economista, para financiar um déficit operacional — que desconta a inflação das contas públicas — de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a promessa do governo para 1996, será preciso uma inflação muito mais alta do que os 13%

previstos para este ano. Bacha explica que, para financiar esse déficit com imposto inflacionário, seria preciso uma inflação de 47% ao ano. Ou seja, este seria o índice necessário para corroer as despesas do governo em valor suficiente para cobrir o aumento de gastos. “Para evitar isso, é preciso uma privatização que renda 1% do PIB ao ano, ou seja, o equivalente a uma Vale do Rio Doce e meia”, disse.

Bacha acredita que ainda há espaço para o governo financiar seu déficit com aumento da dívida interna e, por isso, a necessidade de uma inflação mais alta para cobrir os gastos não é imediata. Kandir tinha dito pela manhã que, embora a dívida pública tenha mais do que duplicado em um ano, o déficit do governo federal é responsável por uma parcela mínima desse crescimento. “Do aumento de mais de R\$ 80 bilhões na dívida mobiliária, apenas R\$ 6,3 bilhões correspondem ao efeito do déficit do Tesouro. O resto foi aumento de reservas, juros nominais, ajuste de liquidez e acerto do setor financeiro”, justificou o ministro.

Pessimista, Bacha previu que a dívida interna vai crescer ainda mais. “Os últimos dados são de abril e ainda não tínhamos as pressões do ajuste do Banco do Brasil, securitização da dívida agrícola,

Proer dos bancos estaduais e refinanciamento do Fundo de Compensação por Variação Salarial (FCVS)”, disse o economista.

Conselho — O seminário reuniu economistas da Argentina, de Israel, Chile, México, Peru, além do Brasil, para comparar os processos de estabilização econômica destes países. Todos os programas têm um ponto em comum: a âncora cambial foi o instrumento utilizado para baixar a inflação. O mais antigo dos planos é o de Israel, que ontem comemorava 11 anos com uma opção que se aproxima dos conselhos do economista americano Rudiger Dornbusch.

Em Israel, a opção foi por uma taxa de câmbio mais flexível do que no Brasil, Argentina ou Chile, e que varia de acordo com uma cesta de moedas. O resultado foi uma inflação mais alta, de 16% a 20% ao ano durante esse período, com crescimento. “Acreditamos que a manutenção de uma taxa irrealista de câmbio por muito tempo diminui a credibilidade do programa de estabilização”, disse o ex-presidente do Banco Central de Israel Mordechai Fraenkel. “Ninguém mais fala em controle de inflação, só o presidente do BC se preocupa com isso”, acrescentou.

No outro extremo, o Chile, que

adotou um modelo de âncora cambial que mais se assemelha ao brasileiro. No Chile, a sobrevalorização cambial anda perto de 20%, mas as exportações crescem a 10% ao ano. Considerado um exemplo para a América Latina, o país tem uma inflação anual de 7%, cresce 7% ao ano, tem uma taxa de desemprego de 5% e o salário médio cresceu 5% em termos reais desde o início do plano de estabilização, em 1990.

Militares — “No Chile, esquecemos o que é problema fiscal. Só temos tido superávit na década de 90, com gasto social aumentando entre 9% e 10% ao ano”, disse o professor Patricio Meller, da Universidad de Chile. O professor Dionísio Carneiro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio, também no debate, lembrou ao chileno que o ajuste fiscal — a parte mais complicada de um plano econômico — já tinha sido feito pelo governo militar no Chile.

Apesar de aparentemente viverem no melhor dos mundos, os chilenos têm um comportamento radicalmente diferente dos israelenses. “Só depois de quatro anos de um plano de estabilização, começa a existir consenso de que a inflação está mesmo em queda. A inflação continua sendo a nossa prioridade”, afirmou Meller.